IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

FLEXIBILIZAÇÃO CONTRATUAL NO SETOR PÚBLICO E IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES

KELEN A. S. BERNARDO[1];
SAMANTHA FROHLICH[2];

[1]*Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – kelen.bernardo@unespar.edu.br*
[2]*Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – samantha.frohlich@unespar.edu.br*

Resumo
O mundo do trabalho tem passado por transformações significativas, especialmente a partir do enfraquecimento do padrão taylorista-fordista e da consolidação da reestruturação produtiva do capital. Embora os processos de precarização e flexibilização sejam amplamente discutidos no setor privado, suas manifestações no setor público também têm produzido efeitos relevantes sobre os vínculos, as condições laborais e a subjetividade dos trabalhadores. Nesse contexto, as formas contemporâneas de organização do trabalho podem comprometer a autonomia, o reconhecimento e a possibilidade de atribuição de sentido à atividade realizada. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar como as transformações das relações de trabalho no setor público, marcadas pela flexibilização contratual, afetam a subjetividade dos trabalhadores e tensionam o ethos de estabilidade historicamente associado ao serviço público. Metodologicamente, realizou-se uma revisão sistemática da produção acadêmica nacional dos últimos dez anos sobre flexibilização contratual no setor público e suas implicações subjetivas para os/as trabalhadores/as. Os resultados evidenciam a predominância de estudos qualitativos, com maior concentração na educação pública e na docência. Também se observa recorrência de pesquisas voltadas a gestores, servidores públicos e trabalhadores vinculados a serviços públicos específicos. Conclui-se que a flexibilização contratual no setor público tem sido associada à precarização, à instabilidade e ao enfraquecimento dos sentidos atribuídos ao trabalho.
Palavras-chave: Flexibilização; Relações de Trabalho; Setor público.

Introdução

O mundo do trabalho vem passando por mutações significativas nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1970, com o processo de enfraquecimento do padrão de acumulação baseado na matriz taylorista/fordista e a implantação da reestruturação produtiva do capital (Antunes, 2006). Reorganização que resulta no chamado regime de acumulação flexível que, nos termos de Harvey (2014), está relacionado, entre outros fatores, ao advento do capitalismo financeiro e do neoliberalismo, ambos elementos que engendram transformações nas condições e nas relações de trabalho em escala global (Bernardo, 2020). São mudanças que alteram o conteúdo e a forma do trabalho, como: desemprego estrutural, informalidade, terceirização, flexibilização das modalidades de contratações com formas atípicas de veículos ou mesmo empregos disfarçados, como o caso da pejotização. São realocações que, combinadas com os avanços das tecnologias digitais no processo e na mediação do trabalho, precarizam o trabalho, impactando as condições e relações de trabalho da classe trabalhadora em seu conjunto. Como esclarece Antunes (2006), são processos de

transição que produzem desdobramentos nefastos aos direitos do trabalho, os quais "são desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção" (Antunes, 2006, p. 24).

Os processos de precarização do e no trabalho no setor privado são amplamente estudados pelos estudiosos da temática do trabalho. Ocorre que, nas últimas décadas, com o avanço da racionalidade neoliberal, como trabalhado por Dardot e Laval (2016), as práticas de gestão do trabalho presentes no setor privado transitam, também, para o setor público. O transbordamento ocorre sem, no entanto, considerar as especificidades do referido setor, sendo este majoritariamente presente no setor econômico dos serviços via oferta de políticas sociais públicas que devem viabilizar direitos sociais. Ocorre que processos de precarização das condições e relações de trabalho no setor público trazem implicações múltiplas, uma vez que impactam objetiva e subjetivamente os/as trabalhadores/as, e também trazem efeitos negativos na oferta, na qualidade e na continuidade das políticas sociais públicas.

Dito isso, o presente estudo visa analisar como as transformações contemporâneas das relações de trabalho no setor público, marcadas pela flexibilização contratual, afetam a subjetividade dos trabalhadores e os sentidos do trabalho, tensionando o ethos de estabilidade associado ao trabalho no setor público. Importa demarcar que o escopo da pesquisa está pautado no processo de reflexibilização contratual, ou seja, processos de contratos de trabalho realizados entre o/a trabalhador/a e a administração pública direta ou indireta, caracterizando vínculo empregatício que não seja via concurso público, conforme preconizado no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2026), que estabelece que a investidura em cargos, empregos e funções públicas deve ocorrer mediante aprovação prévia em concurso público, conforme a natureza e a complexidade do cargo. Sendo assim, o recorte da presente pesquisa não inclui outras formas de contratações, como terceirizações, pejotizações, entre outras modalidades, que não escapam ao entendimento de que também engendram dinâmicas de precarização tanto das condições quanto das relações de trabalho.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, com pesquisa bibliográfica e revisão sistemática. O artigo está estruturado, além da presente introdução, em quatro seções. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica sobre trabalho, sofrimento e saúde do trabalhador no contexto das transformações das relações laborais. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para a seleção, organização e análise das produções científicas que compõem o corpus da pesquisa. Posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados da revisão sistemática, com ênfase nas características gerais, metodológicas e temáticas dos estudos analisados. Por fim, apresentam-se as considerações finais, destacando as principais contribuições, limites e possibilidades de continuidade da investigação.

Referencial Teórico

É fato que o mundo do trabalho vem passando por profundas transformações nas últimas décadas, as quais foram fomentadas, a partir da década de 1970, em âmbito mundial, pelo modelo econômico denominado de flexível (Sennett, 2010) ou de acumulação flexível (Harvey, 2014). De dimensões internacionais, respeitadas as devidas especificidades de cada contexto social, as mudanças nas relações e condições de trabalho "são resultantes de um conjunto de medidas adotadas sobre a retórica do crescimento econômico pautado nos ideais

neoliberais, tendo em seus bastidores a busca por remediar a crise estrutural vivenciada na década de 1970" (Bernardo, p. 95, 2020). Desde então, a intersecção entre os avanços tecnológicos no processo e na mediação do trabalho com a propagação do ideário neoliberal vem tensionando fenômenos como desemprego estrutural, terceirizações, precarizações, flexibilização das modalidades de contratações, entre outros. São movimentos que impactam fortemente as condições e as relações de trabalho no setor privado, mas não só este. Presenciamos realocações que indicam que também o trabalho no setor público está passando por processos de mudanças na direção da desestruturação e flexibilização das modalidades de contratações, as quais se tornam mais instáveis e inseguras, refletindo na qualidade e na quantidade dos postos de trabalho no setor público (Bridi; Braunert; Bernardo, 2019).

Na dinamicidade das transformações no mundo do trabalho, o advento da flexibilização, amplamente defendido pelo regime de acumulação flexível, vem produzindo mudanças tanto no processo produtivo quanto nas condições e relações de trabalho (Bernardo, 2025). A flexibilização é pautada pela agenda das transformações do sistema capitalista contemporâneo e possui implicações mundiais, estando sintonizada com os ideais neoliberais (Krein, 2007). No âmbito do trabalho, o termo flexibilidade demanda do/a trabalhador/a que tenha habilidades e posturas flexíveis, adaptáveis, que se restabeleça e se dobre perante as intempéries/adversidades das constantes alterações, das mudanças contínuas inerentes à insegurança e instabilidade do mundo do trabalho produzido pelo capitalismo contemporâneo (Sennett, 2010; Bernardo, 2020).

A flexibilização do e no trabalho, segundo Krein (2007), pode ser identificada em três principais modalidades: a) Flexibilidade numérica: quando ocorre a ampliação da liberdade patronal na organização numérica de trabalhadores/as conforme a demanda produtiva (liberdade para contratar e despedir); b) Flexibilidade funcional: liberdade para a reorganização da força de trabalho interna, permitindo a flexibilidade da jornada de trabalho, das funções e dos salários, com a finalidade de ajustar o número de trabalhadores/as aos ciclos de alta e baixa na produção; c) Flexibilidade jurisprudencial: refere-se a resoluções privadas para resoluções dos conflitos de trabalho. A partir das elaborações de Krein (2007), entende-se que as contratações flexíveis no âmbito do setor público, objeto de estudo do presente artigo, tratam-se, em parte, como flexibilidade numérica, uma vez que o Estado, por meio de dispositivos previstos em legislações específicas, realiza contratações temporárias para atender às demandas por mão de obra para as suas instituições. Porém, a flexibilização numérica torna-se especialmente grave dadas as especificidades do setor público que, em sua maioria, oferta serviços públicos, somado ao fato de que tal prática vem se configurando como uma estratégia de substituição de servidores públicos concursados por trabalhadores/as temporários/as, o que Bernardo (2020) em sua tese, a partir de pesquisas empíricas e com base em Castel (1998), categorizou como "processo de desestabilização dos estáveis".

A partir dessa compreensão, torna-se possível aproximar o debate sobre flexibilização das relações de trabalho das discussões sobre sofrimento e subjetividade. Isso porque as formas flexíveis de contratação não produzem apenas efeitos objetivos, relacionados à instabilidade do vínculo e à redução de garantias trabalhistas, mas também efeitos subjetivos, ao atravessarem a relação do/a trabalhador/a com sua atividade, com a instituição e com sua própria identidade profissional. Assim, a saúde no trabalho não deve ser compreendida como ausência de sofrimento, mas como a possibilidade de o sujeito mobilizar recursos internos e externos para transformar situações adversas, em um movimento contínuo de busca pelo prazer e de enfrentamento do sofrimento. Nessa perspectiva, o equilíbrio da saúde no contexto laboral é atravessado pelas vivências de prazer e sofrimento, pela construção de mecanismos

que favoreçam uma relação mais significativa com o trabalho e pela dinâmica do reconhecimento (Tschiedel; Monteiro, 2013). Assim, compreender as formas de organização social do trabalho e seus reflexos torna-se fundamental para identificar as situações que produzem sofrimento aos/às trabalhadores/as (Heloani; Lancman, 2004; Rodrigues, Alvaro, Rondina, 2006).

Nesse contexto, para Dejours (1993; 1998), reconhecido principalmente por seus estudos sobre psicodinâmica do trabalho, as exigências do trabalho e da vida são uma ameaça ao próprio trabalhador/a, que expõe o/a trabalhador/a a riscos de sofrimento. O autor compreende o sofrimento como um fenômeno múltiplo, que não se apresenta de maneira uniforme entre os trabalhadores. Esse sofrimento articula elementos da história individual; das condições laborais; e, das possibilidades de enfrentamento construídas pelo sujeito. Nesse sentido, pode expressar-se como: a) sofrimento singular, vinculado à trajetória psíquica de cada indivíduo; b) sofrimento atual, decorrente do encontro entre o sujeito e o trabalho; c) sofrimento criativo, quando o/a trabalhador/a elabora soluções que favorecem sua vida e sua saúde; ou, d) sofrimento patogênico, quando as soluções produzidas agravam sua condição e geram efeitos negativos sobre sua saúde. Para Dejours (1998), determinadas formas de organização do trabalho podem comprometer a subjetividade do trabalhador, enfraquecendo sua autonomia, seu reconhecimento e sua possibilidade de atribuir sentido à atividade que realiza.

Portanto, no caso do setor público, a substituição de servidores efetivos por trabalhadores temporários pode intensificar sentimentos de insegurança, descontinuidade, não pertencimento e fragilidade do reconhecimento, elementos que se relacionam diretamente às vivências de sofrimento no trabalho. Assim, a revisão sistemática mostra-se adequada por permitir a identificação, organização e análise das produções existentes sobre o tema, possibilitando reconhecer tendências, lacunas e contribuições do campo. Assim, a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a seleção, sistematização e análise dos estudos que compõem o corpus desta pesquisa.

Aspectos Metodológicos

As revisões sistemáticas configuram-se como um procedimento metodológico para o mapeamento, a organização e a interpretação da produção científica já desenvolvida sobre determinado objeto de estudo. Ao reunir e sistematizar evidências provenientes de diferentes pesquisas, esse tipo de revisão possibilita reconhecer convergências, contrapontos e lacunas existentes entre trabalhos que abordam uma mesma temática. Trata-se, portanto, de um processo que demanda análise crítica, seleção criteriosa e integração dos estudos considerados pertinentes ao problema investigado (Cook; Mulrow; Haynes, 1997). Sob essa ótica, a revisão sistemática favorece a compreensão das bases teóricas, dos avanços e das contribuições acumuladas em determinado campo do conhecimento (Tranfield; Denyer; Smart, 2003).

Com base em Galvão, Sawada e Trevizan (2004), os quais propõem que a pesquisa seja delineada por um questionamento, elaborou-se a seguinte questão neste trabalho: quais são os impactos na subjetividade e no sentido do trabalho que o processo de flexibilização das relações de trabalho no âmbito do setor público provoca?

Como etapa inicial da investigação, foi realizada uma pesquisa sistemática no Banco Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD), no dia 27 de abril de 2026, com o objetivo de mapear a produção acadêmica nacional relacionada às transformações das relações de

trabalho no setor público, com ênfase nos processos de flexibilização contratual e suas implicações subjetivas para os/as trabalhadores/as. Para a realização da busca, foi estabelecido o recorte temporal de 2016 a 2026, totalizando 10 anos. Foram utilizados descritores combinados, de modo a abranger diferentes dimensões do fenômeno investigado. Os termos empregados foram: *"contrato temporário + serviço público"; "subjetividade + setor público + serviço público + administração pública"; "subjetividade + setor público + precarização no trabalho"; "precarização do trabalho + setor público + serviço público"; "contrato temporário + serviço público + setor público"; "contrato temporário + administração pública"; "flexibilização contratual + setor/serviço público"; "flexibilização contratual + administração pública".* As combinações de descritores foram definidas com base nos eixos analíticos da pesquisa, buscando contemplar tanto os aspectos objetivos das relações de trabalho quanto suas dimensões subjetivas. A busca resultou na identificação de 288 trabalhos, entre teses e dissertações, constituindo-se o corpus inicial da pesquisa.

Posteriormente, organizou-se em planilha de Excel os trabalhos identificados para então proceder à pré-análise dos mesmos. Elencaram-se os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos identificados com o objetivo de refinar o corpus analítico, garantindo a pertinência temática e a consistência da análise. Os critérios de inclusão foram: trabalhos que abordam o trabalho no setor público brasileiro no âmbito da administração pública direta ou indireta; que tratam de contratações temporárias, vínculos flexíveis ou formas não estáveis de inserção laboral no setor público e que tenham vínculo trabalhista com administração pública; que correlacionem as dimensões da subjetividade, das condições e relações de trabalho no setor público via flexibilização contratual. Em relação aos critérios de exclusão, foram estabelecidos os seguintes: os trabalhos cujo foco se restringe ao setor privado sem articulação com o setor público, bem como estudos em que o setor público aparece de forma apenas tangencial; os que não abordam temas relacionados à precarização do trabalho correlacionado à flexibilização contratual no setor público; trabalhos duplicados. Tendo como base os critérios de inclusão e exclusão, realizou-se a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos identificados, possibilitando a pré-seleção do corpus analítico alinhado aos objetivos da investigação. No quadro a seguir, pode-se visualizar a organização dos trabalhos a partir da pré-seleção.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas com base na pesquisa.

Busca por palavras-chave:	Resultados de busca	Trabalhos duplicados	Trabalho descartados	Pré-selecio-nados
"CONTRATO TEMPORÁRIO + SERVIÇO PÚBLICO"	51 trabalhos	5 trabalhos	39 trabalhos	7 trabalhos
"SUBJETIVIDADE + SETOR PÚBLICO + SERVIÇO PÚBLICO + ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"	78 trabalhos	3 trabalhos	70 trabalhos	5 trabalhos
"SUBJETIVIDADE + SETOR PÚBLICO + PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO"	86 trabalhos	12 trabalhos	74 trabalhos	Nenhum
"PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO + SETOR PÚBLICO + SERVIÇO PÚBLICO"	15 trabalhos	4 trabalhos	6 trabalhos	5 trabalhos
"CONTRATO TEMPORÁRIO + SERVIÇO PÚBLICO + SETOR PÚBLICO"	19 trabalhos	17 trabalhos	2 trabalhos	Nenhum
"CONTRATO TEMPORÁRIO + ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"	29 trabalhos	18 trabalhos	7 trabalhos	4 trabalhos

"FLEXIBILIZAÇÃO CONTRATUAL + SETOR/SERVIÇO PÚBLICO"	5 trabalhos	2 trabalhos	3 trabalhos	Nenhum
"FLEXIBILIZAÇÃO CONTRATUAL + ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"	5 trabalhos	2 trabalhos	3 trabalhos	Nenhum
Total	**288**	**63**	**202**	**21**

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada no BDTD (2026).

A partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, tem-se que para os buscadores *"contrato temporário + serviço público",* localizaram-se 51 trabalhos, sendo que cinco eram duplicados, 39 não atendiam aos critérios de inclusão, resultando em 7 pesquisas selecionadas. Quanto ao buscador *"subjetividade + setor público + serviço público + administração pública"*, identificaram-se 78 trabalhos, destes, três eram duplicados, 70 não atendiam aos critérios, sendo cinco selecionados. Em relação ao buscador *"subjetividade + setor público + precarização do trabalho",* obteve-se 86 pesquisas, sendo 12 repetidas, 74 fora do escopo, sendo que nenhuma atendeu aos critérios de inclusão. Para a busca *"subjetividade + setor público + precarização no trabalho"*, 86 trabalhos foram identificados, 12 eram duplicados, 74 foram descartados por não atenderem aos critérios estabelecidos, ou seja, nenhum trabalho atendeu aos critérios de inclusão, evidenciando ausência de estudos com esse recorte. Já em relação ao buscador *"precarização do trabalho + setor público + serviço público",* 15 manuscritos foram localizados, sendo que quatro eram repetidos e seis não atendiam aos critérios de inclusão, restando 5 manuscritos. No buscador *"contrato temporário + serviço público + setor público",* 19 trabalhos foram identificados, 17 eram iguais, e os dois restantes não atendiam ao escopo da pesquisa. A pesquisa *"contrato temporário + administração pública"* resultou em 29 manuscritos, sendo 18 repetidos, sete descartados e quatro selecionados. A busca por *"flexibilização contratual + setor/serviço público"* resultou em cinco trabalhos, dois eram duplicados, sendo que os três restantes não atendiam aos critérios de inclusão. A mesma dinâmica se deu para a busca com *"flexibilização contratual + administração pública"*. Ao final, foram selecionados para análise 21 trabalhos, sendo quatro teses e 18 dissertações.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Tendo os trabalhos selecionados, procedeu-se, então, à análise destes. Para tanto, buscou-se identificar os seguintes elementos: ano de publicação, autoria, instituição, local, área de conhecimento, título, palavras-chave, objetivo da pesquisa, aspectos metodológicos e principais resultados dos estudos.

A partir dos trabalhos selecionados, é possível afirmar que são as áreas de Ciências Humanas (12 trabalhos) e Ciências Sociais Aplicadas (9 trabalhos) as com as lentes voltadas para o fenômeno de flexibilização das relações de trabalho no setor público. São áreas que dialogam entre si e que corroboram para compreender a vida social, as relações humanas e os processos históricos, políticos, econômicos e culturais.

Tabela 1 - Principais áreas dos trabalhos analisados.

Área temática	Nº de Pesquisas

Ciências Humanas - Direito	2
Ciências Humanas - Educação	4
Ciências Humanas - Filosofia	1
Ciências Humanas - Letras e Artes	1
Ciências Humanas - Psicologia Clínica e Cultura	1
Ciências Humanas - Sociologia	3
Ciências Sociais Aplicadas - Administração	2
Ciências Sociais Aplicadas - Administração Pública	2
Ciências Sociais Aplicadas - Planejamento e Políticas Públicas	1
Ciências Sociais Aplicadas - Serviço Social	3
Interdisciplinar - Desenvolvimento Social	1
Total	**21**

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026)

A primeira pesquisa identificada sobre a temática foi publicada em 2017 (um trabalho). Nos anos de 2019 e 2020, identificaram-se três trabalhos em cada ano. Em 2021, observou-se um crescimento no número de produções, totalizando quatro trabalhos, enquanto em 2022 foram localizadas duas publicações. O ano com maior número de estudos relacionados à temática analisada foi 2024, com cinco publicações identificadas. Já em 2025, foi localizado um trabalho. Destaca-se, ainda, que não foram encontradas publicações referentes aos anos de 2016 e 2026.

Na tabela a seguir, é apresentada a sistematização dos artigos que compõem a pesquisa:

Tabela 2 - Universidade, autores, ano, modalidade, título e objetivo dos artigos analisados.

Universidade	Autor, ano	Nível	Título	Objetivo
Universidade Federal de Viçosa	Ana Caruline de Souza Castro (2017)	Tese	Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior	Analisar as mudanças nas atividades laborais dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) da UFG após a expansão pelo REUNI e os impactos nos processos de trabalho para a gestão do ensino superior público.
Universidade do Estado da Bahia	Jailson Braga Brandão (2018)	Dissertação	Precarização e adoecimento nas relações de trabalho: uma análise do processo de adoecimento em decorrência da precarização do trabalho docente do professor substituto	Analisar quais os fatores que influenciam a intensificação do processo de precarização das relações de trabalho e o possível adoecimento na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Universidade Federal de Pernambuco	Renata Nóbrega Miguel (2018)	Tese	Dinâmica capitalista, contrarreforma do estado e expropriações contemporâneas no Brasil	Identificar as expropriações como uma mediação da contrarreforma do Estado e da superexploração da força de trabalho.
Universidade Estadual do Ceará	Rafael Rabelo Cavalcanti (2019)	Dissertação	A política de educação profissional cearense e a profissionalização docente: flexibilização das relações de trabalho no campo da política educacional	Investigar a contratação precária de professores e professoras,as condições de trabalho, profissionalização e proletarização docente, bem como a relação destes com o modelo de Política Pública de Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Ceará.
Universidade Estadual do Ceará	Laryssa Ramos de Sousa (2019)	Dissertação	Contratação de professores temporários na rede estadual de ensino: um dispositivo de manifestação do capital	Investigar a forma de contratação temporária de professores na rede estadual de ensino, analisando sua relação e seu lugar na crise que subjaz o mundo do trabalho e, especificamente, os impactos causados a esses profissionais

Universidade	Autor, ano	Nível	Título	Objetivo
Universidade de Brasília	Katsumi Taís Takaki (2019)	Dissertação	"Estamos no bote salva-vidas, mas não sabemos para onde estamos indo" : escuta política do trabalho em contextos de crise	Discutir os avanços e contradições do sistema capitalista, tendo por referência as mudanças ocorridas na sociedade pós-crise do feudalismo.
Universidade Federal do Paraná	Kelen Aparecida da Silva Bernardo (2020)	Tese	Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas Universidades Estaduais do Paraná	Identificar e analisar a flexibilização contratual e suas implicações nas condições e relações de trabalho dos professores temporários atuantes nas Universidades Estaduais do Paraná.
Universidade Federal da Grande Dourados	Tammi Juliene Leite de Aguiar (2020)	Dissertação	Flexibilização e precarização do trabalho no estado neoliberal: reflexões sobre os trabalhadores da política socioassistencial do Município de Dourados	Identificar indícios de precarização — tanto objetiva quanto subjetiva — no trabalho socioassistencial realizado no município de Dourados (MS).
Universidade Federal de Pelotas	João Henrique Figueredo de Oliveira (2020)	Dissertação	Precarização do trabalho docente: a contratualização de professoras e professores temporários na rede pública Municipal de Pelotas/RS.	Analisar como os contratos temporários precarizam o trabalho docente na rede pública municipal de Pelotas/RS.
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ellen Kauane Rutes (2021)	Dissertação	Condições de trabalho de professores temporários na educação superior pública: análise da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).	Desvelar as condições de trabalho de professores temporários na Educação Superior Pública.
Universidade Federal de Santa Catarina	Rafael Celeste (2021)	Dissertação	A precarização nas relações de trabalho no setor público	Colocar a prova uma suposição: o neoliberalismo impulsionou a chamada precarização das relações de trabalho no setor público, e a Reforma Gerencial, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso aprofundou esse processo.
Universidade Federal de Sergipe	Luiz Gustavo Esmeraldo Gurgel Maia (2021)	Dissertação	Contratações temporárias de excepcional interesse público: análise dos processos seletivos simplificados no Estado de Sergipe	Análise das contratações temporárias por excepcional interesse público, realizadas mediante processos seletivos simplificados, entre os anos de 2016 e 2020 pelos municípios do Estado de Sergipe, para verificar se obedecem aos requisitos legais e constitucionais.
Universidade Federal do Paraná	Adelize Trentin Lemes (2021)	Tese	Trabalho docente na educação profissional e tecnológica de nível médio no Paraná: análise das políticas de provimento e da contratação da força de trabalho na secretaria estadual.	Teve como objeto de estudo a precarização do trabalho docente, com enfoque na hipótese de dupla precariedade das formas de contratação e das normas de provimento de professores para a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM), na Rede Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR) e no Instituto Federal do Paraná (IFPR), vigentes de 2011 a 2021.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Elayne Silva Viana (2022)	Dissertação	Relação público-privada: análise dos convênios da educação infantil no Município de Campo Grande (1997/2017)	Analisar o processo de contratação da força de trabalho da educação infantil no município de Campo Grande/MS e os seus desdobramentos em relação aos processos seletivos.
Universidade Federal da Bahia	Lorena dos Santos Pattas (2022)	Dissertação	Comprometimento organizacional no contexto de trabalho precarizado: um estudo de caso com trabalhadores de uma instituição pública de ensino superior da Bahia	Analisar a configuração do comprometimento organizacional, nas suas diferentes bases, dos trabalhadores que atuam na Uneb, Campus I, em um contexto de trabalho precarizado.
Universidade Federal da Bahia	Alexandra Maciel Veiga (2024)	Dissertação	"A gente é corda fraca": o novo ensino médio e o trabalho de professores REDAs no Estado da Bahia.	Investigar os efeitos da hibridização na contratação em regime especial (conhecida como REDA) de professores na rede pública de ensino básico do estado da Bahia.
Universidade Federal da Bahia	Tailane Ferreira da Silva (2024)	Dissertação	Precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos/as professores/as substitutos/as dos cursos implementados a partir do reuni na Universidade Federal da Bahia.	Analisar o trabalho docente no contexto das reformas de caráter neoliberal, no atual momento histórico brasileiro. Assim, buscaremos problematizar a forma como os docentes substitutos(as) dos cursos implementados a partir do REUNI na UFBA estão inseridos nesse contexto, bem como os desafios que são postos a esses docentes substitutos.

Universidade	Autor, ano	Nível	Título	Objetivo
Universidade Federal da Bahia	Lucas Santos de Castro (2024)	Dissertação	Precarização do trabalho e resistências: uma análise das estratégias de luta dos servidores municipais de candeias entre 2014 e 2018	Mapear e analisar as estratégias de luta dos trabalhadores do setor público municipal dos servidores municipais de Candeias na manutenção de direitos e melhoria das condições de trabalho, reajustes salariais e ganhos remuneratórios diante do contexto de intensificação da ofensiva neoliberal e de ajustes fiscais.
Fundação Getúlio Vargas	Gabriela Pereira dos Santos (2024)	Dissertação	Terceirização e contratação temporária na atividade-fim do INSS: análise da legalidade e eficiência administrativa na carreira do seguro social	Analisar a legalidade e a eficiência das práticas de terceirização e contratação temporária na atividade-fim do INSS, à luz da legislação brasileira e da revisão da literatura existente.
Universidade Federal do Pará	Najla Andrade Massoud de Sá (2024)	Dissertação	Integrando a teoria do comportamento planejado e o oportunismo para prever os efeitos na intenção de renovação contratual de serviços contínuos na administração pública	O objetivo do estudo é investigar os aspectos que afetam a intenção dos gestores públicos de renovar contratos de serviços contínuos, utilizando como base teórica a teoria do comportamento planejado e o conceito de oportunismo.
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	Genilson Donizete de Jesus Faria (2025)	Dissertação	A Contratação Temporária de profissionais da educação na rede estadual mineira: a política funcional em dados quantitativos (2020-2023)	Analisar a presença de profissionais temporários contratados na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas teses e dissertações analisadas (2026).

Ao analisar os títulos das teses e dissertações, identificam-se alguns eixos temáticos, como: a) forte predominância das análises sobre a flexibilização e precarização do trabalho, com recorrência temática sobre contratação temporária, flexibilização contratual e precarização das relações de trabalho; b) debates sobre Estado neoliberal e suas contrarreformas, evidenciando que a precarização do trabalho no âmbito do setor público é multifatorial, envolvendo aspectos econômicos e políticos que atravessam e reorganizam o papel do Estado contemporâneo; c) reflexões, ainda que em menor número, que abordam a subjetividade, adoecimento e sofrimento, evidenciando a articulação entre a precarização objetiva (contratos temporários, instabilidade, precarização) com impactos subjetivos (adoecimento, insegurança e sofrimento). Há uma maior concentração de estudos voltados às dimensões estruturais e contratuais da precarização, sendo ainda reduzidas as investigações que exploram seus impactos subjetivos e os sentidos do trabalho.

Quanto às categorias profissionais examinadas, o trabalho docente, em seus diferentes níveis, é o mais pesquisado. Presume-se que a centralidade do trabalho docente nas pesquisas sobre precarização das relações de trabalho no setor público possa ser explicada pelo fato de que, desde os anos 1990, as contrarreformas do Estado, de ideário neoliberal, associadas às políticas de ajuste fiscal e contenção de gastos públicos, impactaram as políticas sociais, em especial a educação pública (Lima; Azevedo; Catani, 2008). Ao mesmo tempo em que ocorreu a expansão da oferta educacional, não houve ampliação proporcional de concursos públicos para servidores efetivos (Bernardo, 2020). Como resposta, intensificam-se as formas flexíveis de contratação, como os contratos temporários, acompanhados pela intensificação do trabalho docente e pela flexibilização das relações de trabalho. Fato é que a política pública de educação se configura como um dos principais "laboratórios" de precarização e perda de estabilidade, remodelando o ethos vinculado ao trabalho no setor público desde a aprovação da CF/1988, qual seja, a estabilidade no emprego. Paradoxalmente, não se pode deixar de frisar que há um apagamento de outras categorias profissionais, como, por exemplo, os/as trabalhadores/as vinculados às políticas de saúde, de assistência social e de previdência, que

também são impactados pelo processo de precarização advinda da flexibilização contratual no interior do Estado.

Quadro 2 - Aspectos metodológicos das pesquisas analisadas

Eixo metodológico	Categoria agrupada	Quantidade de trabalhos
Abordagem/Caráter	Quali	7
	Quanti	1
	Mista	7
	Não identificado	6
Modalidade	Pesquisa de Campo	11
	Pesquisa Teórica	8
	Não identificado	2
Análise dos dados	Análise de conteúdo	10
	Análise comparativa/Analítica/Teórico-Crítica	3
	Análise quantitativa	2
	Não identificado	6

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas teses e dissertações analisadas (2026).

O Quadro 2 apresenta os aspectos metodológicos das 21 pesquisas analisadas, organizados em três eixos: abordagem/caráter da pesquisa, modalidade do estudo e forma de análise dos dados. No que se refere à abordagem, observa-se predominância de pesquisas qualitativas, identificadas em sete trabalhos, seguidas pelas pesquisas de abordagem mista, presentes em sete estudos. Apenas um trabalho foi classificado como quantitativo, enquanto em seis pesquisas não foi possível identificar claramente a abordagem metodológica adotada. Esse resultado indica que a produção analisada tende a privilegiar investigações de caráter qualitativo ou combinadas, o que se mostra coerente com estudos voltados à compreensão de fenômenos sociais, relações de trabalho, experiências profissionais e dinâmicas institucionais no setor público.

Em relação à modalidade da pesquisa, verifica-se maior presença de estudos de campo, com 11 ocorrências, evidenciando que parte significativa das investigações recorreu à aproximação direta com sujeitos, instituições ou contextos empíricos específicos. As pesquisas teóricas apareceram em oito trabalhos, indicando também a presença de estudos voltados à discussão conceitual, revisão de literatura ou análise documental sem coleta empírica direta. Além disso, em duas pesquisas a modalidade não foi identificada de forma clara, o que aponta uma limitação na descrição dos procedimentos metodológicos.

Quanto à análise dos dados, a técnica mais recorrente foi a análise de conteúdo, presente em 10 trabalhos. Esse dado reforça a predominância de abordagens qualitativas, uma vez que essa técnica é frequentemente utilizada para interpretar entrevistas, documentos, questionários abertos e outros materiais textuais. Também foram identificadas três pesquisas com análise comparativa, analítica ou teórico-crítica e duas com análise quantitativa. Em seis trabalhos, a forma de análise dos dados não foi especificada, o que compromete parcialmente a transparência metodológica das produções analisadas.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados identificados nos estudos analisados, observa-se que a estratégia mais recorrente foi a pesquisa bibliográfica e documental, presente em oito trabalhos. Em seguida, destaca-se a pesquisa documental associada à entrevista semiestruturada, identificada em quatro estudos, e o uso combinado de

questionários e entrevistas, presente em dois trabalhos. Esses dados indicam a predominância de procedimentos baseados em fontes bibliográficas e documentais, mas também evidenciam a presença de técnicas empíricas de coleta de dados, especialmente entrevistas e questionários, mesmo que em menor volume.

Além dessas estratégias mais frequentes, foram identificados outros procedimentos de forma pontual, com uma ocorrência cada: pesquisa documental e questionário; pesquisa documental, questionário e entrevista; questionário; pesquisa bibliográfica e entrevistas; e observação participante associada à entrevista. Também foram encontrados dois estudos nos quais o procedimento de coleta de dados não foi especificado de maneira clara. De modo geral, os dados revelam diversidade metodológica nos artigos analisados, com predomínio de pesquisas bibliográficas e documentais, mas também com a combinação de diferentes instrumentos de coleta, como entrevistas, questionários e observação participante.

O Quadro 3 apresenta os campos empíricos identificados nas pesquisas analisadas, a seguir:

Quadro 3 - Campo empírico das pesquisas analisadas

Campo empírico	Frequência
Professores: temporários e representantes sindicais; REDAs (profissionais contratados temporariamente pelo Regime Especial de Direito Administrativo para atuar na rede pública de ensino); substitutos da UNEB; da instituição pública de ensino superior da Bahia/UNEB; da rede de ensino pública de Pelotas; da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio da SEED/PR e IFPR; do Ensino Médio integrado à Educação Profissional no Ceará; e, da UFBA;	8 trabalhos
Gestores públicos; do estado de Sergipe e população em geral; Servidores da administração municipal direta/CRAS; da UFG; do INSS; do município de Candeias;	6 trabalhos
Trabalhadores da navegação aérea de OSCs (Organizações da Sociedade Civil) parceiras;	1 trabalho
Estudos que tratam do setor público de maneira geral, sem delimitação de órgão, instituição ou grupo específico.	1 trabalho
Trabalhos sem campo empírico declarado ou que não realizaram coleta direta com sujeitos/instituições específicas	5 trabalhos
Total	**21 trabalhos**

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas teses e dissertações analisadas (2026).

Observa-se que a maior concentração dos estudos está na categoria “educação pública e docência”, com oito trabalhos. Essa categoria reúne pesquisas desenvolvidas com professores temporários, professores substitutos, docentes de instituições públicas de ensino superior e professores vinculados à educação profissional e tecnológica. Esse resultado indica que a docência no setor público tem sido um campo recorrente de investigação, especialmente quando associada às discussões sobre vínculos temporários, flexibilização das relações de trabalho e condições laborais.

A segunda categoria mais frequente refere-se a “gestores e servidores públicos”, com seis trabalhos. Nessa categoria foram agrupadas pesquisas realizadas com gestores públicos,

servidores de universidades, servidores municipais, servidores do INSS, trabalhadores da administração municipal direta e funcionários terceirizados vinculados a organizações parceiras. Esse dado demonstra que, além da docência, as investigações também têm se voltado para diferentes sujeitos que compõem a estrutura administrativa do Estado, permitindo observar como as transformações no trabalho público afetam diferentes níveis e funções da administração pública. Também foi identificado um trabalho voltado a trabalhadores vinculados a serviços públicos específicos, como os trabalhadores da navegação aérea. Além disso, um estudo abordou o setor público de forma ampla, sem delimitar um grupo empírico específico. Esse dado sugere que algumas pesquisas assumem uma perspectiva mais geral sobre o trabalho no setor público, enquanto outras procuram compreender realidades ocupacionais mais específicas.

Portanto, chama a atenção a presença de cinco trabalhos classificados como "sem campo empírico identificado/não se aplica". Essa categoria pode estar relacionada a pesquisas de natureza teórica, bibliográfica ou documental, ou ainda a estudos que não explicitaram claramente o campo empírico investigado. Esse aspecto revela uma limitação importante na descrição metodológica de parte das produções analisadas, pois a identificação do campo empírico é fundamental para compreender o alcance, o contexto e os sujeitos envolvidos nas pesquisas. De modo geral, as pesquisas analisadas privilegiam o setor público educacional como campo empírico, com predominância de estudos sobre os vínculos laborais de docentes. Essa predominância sugere que a flexibilização, a precarização e as transformações nas relações de trabalho têm sido problematizadas, sobretudo a partir de categorias profissionais diretamente impactadas por mudanças nos vínculos, nas formas de contratação e nas condições de trabalho no serviço público.

A Tabela 3 evidencia a distribuição regional das 21 pesquisas analisadas, a seguir:

Tabela 3 - Distribuição das pesquisas de acordo com a região brasileira.

Região brasileira	Nº de pesquisas	Estados presentes
Nordeste	9	BA, PE, CE, SE
Sul	5	PR, RS, SC
Sudeste	3	MG, RJ, SP
Centro-Oeste	3	DF, MS
Norte	1	PA
Total	**21**	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

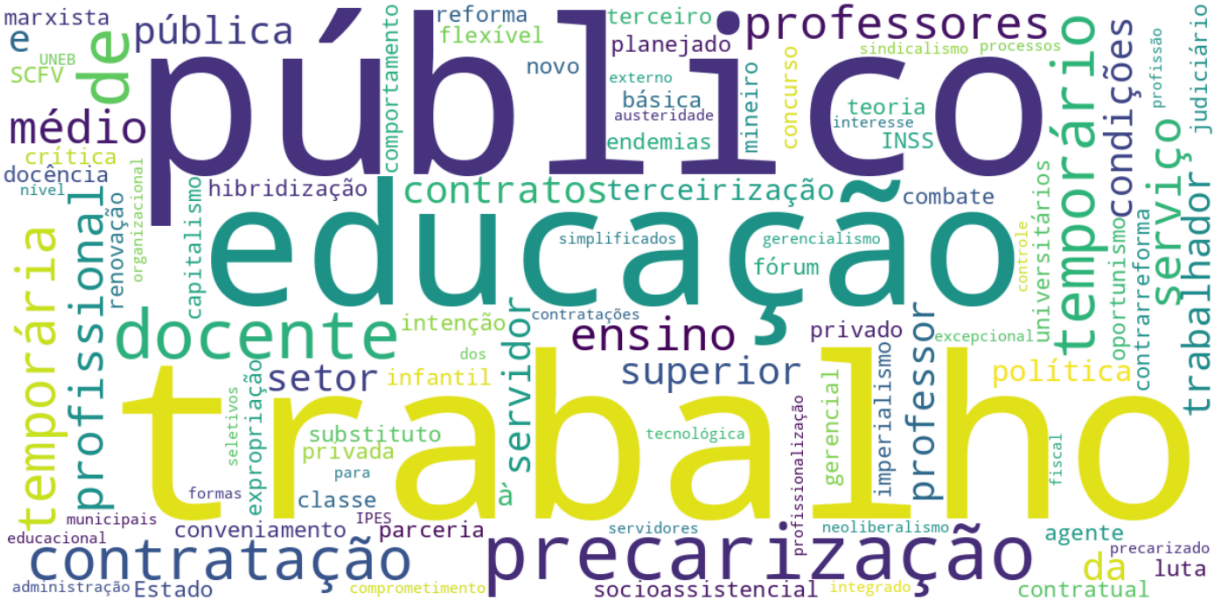
Apresenta-se maior concentração na região Nordeste (Bahia, Pernambuco, Ceará e Sergipe), com nove estudos, seguida pela região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com cinco pesquisas, e pela região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), com três. Em menor proporção, aparecem o Centro-Oeste (Distrito Federal e Mato Grosso do Sul), com três estudos, e a região Norte (Pará), com apenas uma pesquisa. Esses dados revelam uma distribuição desigual da produção analisada entre as regiões brasileiras, com predominância do Nordeste, Sul e Sudeste, que juntos concentram 18 das 21 pesquisas. Por outro lado, a baixa presença de estudos nas regiões Norte e Centro-Oeste indica lacunas na produção científica mapeada, sugerindo a necessidade de ampliação de investigações que contemplem maior diversidade regional.

Para análise das palavras-chave, optou-se pela construção da nuvem de palavras, que foi elaborada a partir da sistematização das palavras-chave dos 21 estudos que compuseram o

corpus da revisão sistemática. Para isso, os termos indicados pelos próprios autores nos trabalhos selecionados foram reunidos, organizados e inseridos no programa *Microsoft M365 Copilot*, com o objetivo de gerar uma representação visual da frequência e recorrência temática presente nas produções analisadas.

A partir da nuvem gerada na Figura 1, observa-se maior destaque para os termos trabalho, educação, público, precarização, contratação, temporários, docente e professores:

Figura 1 - Nuvem de palavras.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A nuvem de palavras evidencia os principais elementos das produções acadêmicas analisadas sobre flexibilização das relações de trabalho no setor público, com destaque para os termos “público”, “trabalho”, “educação”, “precarização” e “contratação”. É possível identificar que o destaque da palavra “educação” indica que o setor educacional constitui o principal campo empírico das pesquisas identificadas, como já exposto anteriormente. Isso é reforçado pela recorrência de termos como “docente”, “professor”, “ensino”, “profissional”, “substituto” e “temporário”, demonstrando a incidência de estudos voltados às condições de trabalho docente. A recorrência das palavras “temporário”, “contratação”, “terceirização”, “contratual” e “precarização” evidencia o nexo causal entre o fenômeno da flexibilização contratual e a precarização do trabalho no ambiente em que ele ocorre. Também é possível identificar a presença de termos relacionados às transformações do papel do Estado como “gerencialismo”, “neoliberalismo”, “reforma”, “austeridade”, “capitalismo” e “privada”. Pode-se inferir que há pesquisas que buscam compreender a precarização do trabalho como expressão das contrarreformas estatais engendradas pela nova racionalidade neoliberal. Tais termos sugerem centralidade das discussões acerca da perda de estabilidade nas relações de trabalho, fragmentação do trabalho e intensificação de formas precárias de vínculos laborais no setor público.

Também é possível identificar, mesmo que com menos incidência, termos como “comprometimento”, “comportamento”, “crítica”, “processos” e “luta”. São elementos vinculados a dimensões subjetivas e organizacionais do trabalho. Fato que permite afirmar que há investigações objetivando compreender os impactos da flexibilização contratual sobre

a subjetividade, os coletivos de trabalho e as formas de resistência dos trabalhadores. Por fim, os achados da revisão permitem evidenciar a complexidade das transformações contemporâneas do trabalho no setor público: ao mesmo tempo em que esse espaço associado à estabilidade, à continuidade da carreira, à proteção do vínculo e ao compromisso com a prestação de serviços à sociedade, observa-se a ampliação de formas contratuais flexíveis, temporárias e precarizadas. Essa dinâmica tensiona o ethos do trabalho no serviço público, pois introduz, em um campo tradicionalmente marcado pela ideia de permanência e segurança, experiências de instabilidade, provisoriedade e incerteza.

Assim, a flexibilização contratual extrapola as alterações administrativas ou jurídicas dos vínculos de trabalho, mas repercute diretamente na forma como os trabalhadores se reconhecem, constroem pertencimento institucional e atribuem sentido à atividade que realizam. Soma-se a esses elementos o fato de que os/as trabalhadores do setor público brasileiro estão majoritariamente vinculados ao executivo, em seus diferentes níveis de administração, os quais são os principais responsáveis pela execução de políticas sociais como saúde, educação, previdência social, segurança, entre outras. A precarização das relações de trabalho implica também em processos de deterioração das condições de trabalho. No setor público, dadas as suas especificidades, tal dinâmica reflete na oferta, na qualidade e na continuidade de tais políticas. Portanto, refletir sobre a precarização do trabalho no setor público também é pensar sobre os impactos de segunda e terceira geração que este fenômeno impetra no acesso a direitos de cidadania de milhares de pessoas.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo visou analisar como as transformações atuais das relações de trabalho no setor público, marcadas pela flexibilização contratual, afetam a subjetividade dos trabalhadores e os sentidos do trabalho, tensionando o ethos de estabilidade associado ao trabalho no setor público. O estudo foi respondido ao apresentar que as transformações atuais das relações de trabalho no setor público, especialmente aquelas marcadas pela flexibilização contratual, não se restringem à alteração dos vínculos formais de trabalho. Os estudos analisados indicam que a ampliação de contratações temporárias ou instáveis produzem efeitos sobre as condições laborais e também sobre a forma como os trabalhadores se percebem, se vinculam às instituições e atribuem sentido ao trabalho que realizam.

A revisão sistemática mostrou que a flexibilização contratual tem sido associada a processos de precarização, insegurança, descontinuidade profissional e fragilização do reconhecimento institucional. Esses elementos afetam a subjetividade dos trabalhadores ao produzirem sentimentos de instabilidade, provisoriedade, não pertencimento e desvalorização. Assim, o trabalho no setor público, tradicionalmente associado à estabilidade, à continuidade da carreira e à segurança do vínculo, passa a ser atravessado por lógicas mais próximas da flexibilidade e da insegurança características do trabalho precarizado. Nesse sentido, os resultados indicam que a flexibilização contratual tensiona o “ethos” vínculo laboral no setor público, pois desloca a ideia de trabalho como espaço de segurança, permanência e reconhecimento para uma experiência marcada por vínculos frágeis, incertezas e maior exposição ao sofrimento no trabalho. Dessa forma, conclui-se que as transformações nas relações de trabalho no setor público precarizam não apenas as relações e condições de trabalho, mas afeta os sentidos atribuídos e os modos de constituição subjetiva dos trabalhadores. Reverberando ainda na oferta das políticas sociais.

Como limitação do estudo, destaca-se que a pesquisa se concentrou na produção acadêmica nacional dos últimos dez anos, o que pode ter restringido a identificação de trabalhos internacionais ou de estudos publicados fora do recorte temporal estabelecido. Além disso, por se tratar de uma revisão sistemática, a análise foi realizada com base nas informações disponibilizadas nos próprios estudos selecionados, e por conta de tempo e espaço não houve a análise mais qualificada dos resultados das pesquisas, o que se pretende fazer em um segundo momento. Também se reconhece que a ausência de outras categorias profissionais vinculadas às diversas políticas sociais, como: assistência social, previdência social, segurança, judiciário, entre outros.

Para estudos futuros, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que investiguem diretamente as experiências subjetivas de trabalhadores/as inseridos/as em vínculos temporários ou flexibilizados no setor público. Além disso, recomenda-se que estudos longitudinais poderiam contribuir para compreender os efeitos acumulados da instabilidade contratual ao longo da trajetória profissional, bem como seus impactos sobre a permanência, o engajamento e a construção de carreira no setor público.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tammi Juliene Leite de. **Flexibilização e precarização do trabalho no estado neoliberal: reflexões sobre os trabalhadores da política socioassistencial do Município de Dourados**. 2020. Dissertação – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. Flexibilização contratual no setor público: uma análise a partir da produção bibliográfica no Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 18, n. 5, e17822, p. 1-21, 2025. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17822. Acesso em: 24 abril 2026.

BRANDÃO, Jailson Braga. **Precarização e adoecimento nas relações de trabalho: uma análise do processo de adoecimento em decorrência da precarização do trabalho docente do professor substituto**. 2018. Dissertação – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAUNERT, Mariana Bettega; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. A inserção da precariedade do trabalho no setor público como resultado das políticas

neoliberais. In: MELLO, Lawrence Estivalet de; CALDAS, Josiane; GEDIEL, Peres (org.). **Políticas de austeridade e direitos sociais**. Curitiba: Kaygangue, 2019. p. 100-113.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Ana Caruline de Souza. **Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior**. 2017. Tese – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

CASTRO, Lucas Santos de. **Precarização do trabalho e resistências: uma análise das estratégias de luta dos servidores municipais de Candeias entre 2014 e 2018**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

CAVALCANTI, Rafael Rabelo. **A política de educação profissional cearense e a profissionalização docente: flexibilização das relações de trabalho no campo da política educacional**. 2019. Dissertação – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CELESTE, Rafael. **A precarização nas relações de trabalho no setor público**. 2021. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

COOK, Deborah J.; MULROW, Cynthia D.; HAYNES, R. Brian. Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, Philadelphia, v. 126, n. 5, p. 376-380, 1997. DOI: 10.7326/0003-4819-126-5-199703010-00006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações.** O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho.** São Paulo: Cortez, 1998.

FARIA, Genilson Donizete de Jesus. **A contratação temporária de profissionais da educação na rede estadual mineira: a política funcional em dados quantitativos (2020-2023)**. 2025. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2025.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 549-556, maio/jun. 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HELOANI, Roberto; LANCMAN, Selma. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. **Production**, v. 14, n. 3, p. 77-86, 2004.

KREIN, José Dari. **As tendências recentes nas relações de emprego: 1990-2005**. 2007. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LEMES, Adelize Trentin. **Trabalho docente na educação profissional e tecnológica de nível médio no Paraná: análise das políticas de provimento e da contratação da força de trabalho na secretaria estadual**. 2021. Tese – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MAIA, Luiz Gustavo Esmeraldo Gurgel. **Contratações temporárias de excepcional interesse público: análise dos processos seletivos simplificados no Estado de Sergipe**. 2021. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

MIGUEL, Renata Nóbrega. **Dinâmica capitalista, contrarreforma do Estado e expropriações contemporâneas no Brasil**. 2018. Tese – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

OLIVEIRA, João Henrique Figueredo de. **Precarização do trabalho docente: a contratualização de professoras e professores temporários na rede pública Municipal de Pelotas/RS**. 2020. Dissertação – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

PATTAS, Lorena dos Santos. **Comprometimento organizacional no contexto de trabalho precarizado: um estudo de caso com trabalhadores de uma instituição pública de ensino superior da Bahia**. 2022. Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RUTES, Ellen Kauane. **Condições de trabalho de professores temporários na educação superior pública: análise da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)**. 2021. Dissertação – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

RODRIGUES, Patrícia Ferreira; ALVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 4, n. 7, p. 1-8, 2006.

SÁ, Najla Andrade Massoud de. **Integrando a teoria do comportamento planejado e o oportunismo para prever os efeitos na intenção de renovação contratual de serviços contínuos na administração pública**. 2024. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

SANTOS, Gabriela Pereira dos. **Terceirização e contratação temporária na atividade-fim do INSS: análise da legalidade e eficiência administrativa na carreira do seguro social**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2024.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Tailane Ferreira da. **Precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos/as professores/as substitutos/as dos cursos implementados a partir do Reuni na Universidade Federal da Bahia**. 2024. Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SOUSA, Laryssa Ramos de. **Contratação de professores temporários na rede estadual de ensino: um dispositivo de manifestação do capital**. 2019. Dissertação – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

TAKAKI, Katsumi Taís. **"Estamos no bote salva-vidas, mas não sabemos para onde estamos indo": escuta política do trabalho em contextos de crise**. 2019. Dissertação – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TSCHIEDEL, Rubia Minuzzi; MONTEIRO, Janine Kieling. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, p. 527-535, 2013.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

VEIGA, Alexandra Maciel. **"A gente é corda fraca": o novo ensino médio e o trabalho de professores REDAS no Estado da Bahia**. 2024. Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

VIANA, Elayne Silva. **Relação público-privada: análise dos convênios da educação infantil no Município de Campo Grande (1997/2017)**. 2022. Dissertação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.